



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº2787/2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Publicado no Site Oficial da Prefeitura

Data: 16 / 12 / 25

Hora: 07h:00

***“Dispõe sobre a obrigatoriedade de ressarcimento ao Município de Nanuque pelos danos causados ao patrimônio público e ao meio ambiente decorrentes de acidentes de trânsito, e dá outras providências”.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NANUQUE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica deste Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Nanuque autorizado e obrigado a promover a cobrança dos valores necessários à reparação de danos causados ao patrimônio público municipal e ao meio ambiente, quando resultantes de acidentes de trânsito.

**§1º** A obrigação de ressarcimento prevista no caput decorre do dever constitucional de proteção ao patrimônio público, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal, e da responsabilidade civil do causador do dano.

**§2º** Consideram-se bens protegidos por esta Lei as estruturas urbanas, equipamentos públicos, vias, sinalizações, áreas verdes, árvores, jardins, canteiros, praças, mobiliário urbano e quaisquer outros bens pertencentes ao Município de Nanuque.

**§3º** O disposto nesta Lei aplica-se igualmente aos danos ambientais decorrentes de acidentes de trânsito, independentemente da existência de culpa, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

**Art. 2º** A Superintendência Municipal de Trânsito - SUTRAN realizará o levantamento técnico dos danos decorrentes do acidente de trânsito, contendo:

I - descrição do bem público ou área ambiental danificada;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

### ESTADO DE MINAS GERAIS

- II - avaliação pormenorizada dos prejuízos;
- III - estimativa preliminar dos custos de reparação, reposição ou recomposição ambiental;
- IV - registro fotográfico ou audiovisual, sempre que possível;
- V - identificação do responsável pelo acidente, quando possível.

**§1º** A SUTRAN poderá requisitar informações complementares à Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros ou demais órgãos competentes para identificação do responsável e para instrução do relatório.

**§2º** Constatada a existência de seguro do veículo envolvido, a SUTRAN poderá encaminhar ao responsável o orçamento para eventual acionamento da seguradora, sem prejuízo da responsabilidade direta do causador perante o Município.

**§3º** Quando necessário para a quantificação final dos danos, a SUTRAN encaminhará levantamento aos setores técnicos competentes (Obras, Meio Ambiente ou outros), para emissão de orçamento detalhado da reparação.

**§4º** O Relatório Final de Danos, composto pelo levantamento da SUTRAN e pelos orçamentos técnicos complementares, servirá como título administrativo apto para fins de cobrança.

**Art. 3º** Concluído o levantamento técnico, o setor responsável encaminhará Relatório de Danos à Procuradoria Geral do Município para abertura do processo administrativo de cobrança.

**§1º** O processo administrativo observará o contraditório e a ampla defesa, garantindo se ao responsável prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa documentos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

**§2º** O Relatório de Danos constitui título administrativo apto a fundamentar cobrança amigável ou judicial.

**Art. 4º** Após decisão final no processo administrativo, o responsável será notificado para:

- I - efetuar o pagamento integral dos custos de reparação no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- II - facultativamente, acompanhar a execução dos serviços de reparação, conforme cronograma da Secretaria responsável.

**§1º** A opção de acompanhar os serviços não substitui ou reduz o valor devido.

**§2º** O não pagamento no prazo previsto implicará inscrição em Dívida Ativa, com atualização, juros e multa, conforme legislação municipal.

**Art. 5º** O não pagamento no prazo legal implica:

- I - inscrição do débito na Dívida Ativa;
- II - possibilidade de protesto extrajudicial do débito;
- III - ajuizamento de Execução Fiscal, conforme Lei nº 6.830/80.

**Art. 6º** O Poder Executivo poderá implementar campanhas educativas sobre importância da preservação do patrimônio público, da segurança viária e das consequências de acidentes de trânsito que resultem em danos aos bens públicos e ao meio ambiente.

**Art. 7º** A autoridade administrativa poderá firmar acordo de parcelamento, conforme normas municipais, desde que o responsável reconheça o dano e seu valor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 8º** Esta Lei não afasta outras medidas administrativas, civis ou penais cabíveis, nem impede eventual ação regressiva em face de terceiros responsáveis.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nanuque/MG, aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2025.



**Gilson Coleta Barbosa**  
**Prefeito Municipal**